

PODER

Trocas pontuais no governo

Alterações em curso na Esplanada são específicas e não resultarão em reforma ministerial, que só deve ocorrer em abril

» VINICIUS DORIA

Bruno Peres/ASCOM SG-PR



A viagem de assessores de Macêdo teria custado o emprego da número 2 da Secretaria-Geral, que não concordou com o gasto do dinheiro público

A confirmação de mudança no Ministério da Justiça — com o anúncio do ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski no lugar de Flávio Dino — não é a única troca de postos nos escalões mais altos da Esplanada dos Ministérios.

Na pasta de Minas e Energia, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva exonerou o secretário executivo, Efraim da Cruz, que será substituído pelo atual consultor jurídico do órgão, Arthur Valério.

Em outubro do ano passado, a Comissão de Ética Pública da Presidência da República abriu uma investigação contra Efraim da Cruz por “supostos desvios éticos decorrentes de eventual falta de transparência e imprecisões na agenda pública, referente à inspeção administrativa em empresa fiscalizada”, relacionados à época em que o servidor trabalhava como diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Por motivos diferentes, outra cadeira de secretário executivo deverá ter novo ocupante até o início de fevereiro. Ricardo Cappelli, atual número dois do Ministério da Justiça e da Segurança Pública, deve deixar o cargo até o fim deste mês.

O cargo de secretário executivo adjunto do Ministério da Justiça, porém, já está vago. O número três na hierarquia do órgão, Diego Galdino, também foi exonerado, ontem.

A terceira mudança no segundo escalão está em curso dentro do próprio Palácio do Planalto. Na terça-feira, a secretária executiva da Secretaria-Geral da Presidência, Maria Fernanda Ramos Coelho, também deixou o governo, em um momento em que o

titular da pasta virou alvo de uma denúncia de uso irregular de dinheiro público.

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) pediu à Corte que abra investigação para apurar “possíveis condutas atentatórias à moralidade administrativa e em desvio de finalidade no uso de verbas públicas” referentes à viagem que o secretário-geral da Presidência, Márcio Macêdo, e três assessores fizeram a Aracaju para participar de uma festa de carnaval fora de época, em novembro do ano passado.

Macêdo informou, ontem, em entrevista coletiva, que abriu sindicância para apurar a situação dos três assessores que viajaram

com passagens e estadias pagas com dinheiro público. Disse que foi a Aracaju com recursos próprios, em voo comercial e fora do expediente. Sobre a liberação de verbas para os assessores, afirmou ter havido “um erro formal do gabinete”.

A viagem custou cerca de R\$ 18,5 mil, liberados com autorização direta de Macêdo. Informações veiculadas na imprensa de que Maria Fernanda Coelho pediu demissão por não concordar com essas viagens foram usadas pelo subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado para subsidiar o pedido de investigação no TCU.

Apesar das especulações de que Lula poderia aproveitar a troca na Justiça para promover

uma reforma mais ampla em sua equipe ministerial, fontes do Planalto negam a possibilidade. No entorno do presidente, segundo apurou o **Correio**, as mudanças em curso são consideradas “pontuais” e “específicas” e que uma reforma ministerial só deve ocorrer em abril, quando vence o prazo de desincompatibilização de ocupantes de cargos públicos que pretendam se candidatar nas eleições municipais, em outubro.

Orientação é trabalhar

O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Wellington Dias, comentou, ao **Correio**, que não há nenhuma reforma ministerial sendo

gestada. “Tive o privilégio de ter vários momentos com o presidente neste ano e, em nenhum deles, o vi tratar de mudanças. Teve uma reunião com todos os ministros, e a orientação que ele (Lula) deu é que todo mundo deve seguir empenhado, trabalhando”, declarou Dias.

Até ministros que, no ano passado, acenaram com a possibilidade de deixar o governo por motivos pessoais, como o titular da Defesa, José Múcio Monteiro, informaram a seus auxiliares que devem permanecer no cargo por mais tempo. Em conversas reservadas, ele costumava dizer que, após um ano no governo, havia cumprido as principais “missões” dadas por Lula:



O fato concreto do erro é que teve passagens emitidas para funcionários que não tinham agenda institucional, e isso não pode acontecer. Nós esperamos que essa sindicância possa nos apontar, inclusive, algumas formas de mudança de procedimentos”

Márcio Macêdo, ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República

pacificar a relação das Forças Armadas com o novo governo petista e avançar nos programas de investimentos militares.

Apesar da vontade de voltar para Recife e passar mais tempo com a família, o ministro confidencia a assessores que o presidente sequer admite conversar com ele sobre sua possível saída.

José Múcio, inclusive, repassou à equipe a mais nova missão dada por Lula, que é montar, em 30 dias — em conjunto com o Ministério da Justiça —, um plano para reforçar a fiscalização na fronteira norte do país, uma das ações anunciadas pelo governo para proteger a Terra Indígena Yanomami, em Roraima. (Colaborou Henrique Lessa)

Em compasso de espera

» ALINE BRITO
» RENATO SOUZA

O secretário executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), Ricardo Cappelli, negou a possibilidade de pedir demissão, após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciar o ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski para a vaga de Flávio Dino no comando da pasta.

Ricardo Cappelli afirmou que sairá de férias e, em seguida, retornará para colaborar com o processo de transição. “Não pedi demissão. Vou sair de férias com a minha família e voltar para colaborar com a transição no Ministério da Justiça e Segurança Pública. União e reconstrução”, escreveu nas redes sociais.

O secretário executivo é o braço direito de Flávio Dino e assumiu algumas missões

dentro do ministério durante o primeiro ano do governo. Foi, inclusive, escolhido como interventor na segurança do Distrito Federal, decretada por Lula, após os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023.

No início do ano passado, Cappelli também assumiu, interinamente, o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, após a demissão do general Gonçalves Dias. Nos últimos meses, o secretário executivo do ministério atuou, representando a pasta, no Rio de Janeiro, junto ao governador Cláudio Castro, com foco nas ações federais na segurança pública do estado.

A permanência de Cappelli na pasta é incerta, já que Lewandowski pediu ao presidente autonomia para montar sua equipe no ministério.

Lula solicitou a permanência de Andrei Augusto Passos, diretor-geral da Polícia Federal,

no que foi atendido pelo ministro aposentado do STF, mas ele teria manifestado interesse em escolher o secretário executivo. Apesar disso, a continuidade do número 2 de Dino no cargo não é descartada.

O impasse acerca do destino de Cappelli foi um dos pontos que estenderam as negociações entre Lula e Lewandowski. Ontem pela manhã, antes de o presidente anunciar o novo ministro da Justiça, Dino se reuniu com o secretário executivo, e decidiram pela continuidade dele no cargo até o fim da transição. Entretanto, não há uma definição se ele será realocado em outra função ou outro ministério.

Cappelli chegou a ser cotado para o comando do Ministério da Justiça, por causa da atuação dele como interventor na segurança pública do Distrito Federal. Ele tem sido cotado como um dos possíveis

Kayo Magalhães/CB/D.A Press



Ricardo Cappelli nega ter pedido demissão do ministério e diz que vai colaborar com a transição

candidatos ao governo da capital nas eleições de 2026.

“O Cappelli se agigantou nesse cargo. De todos os secretários

executivos que o ministério tem até hoje, o que mais teve protagonismo foi o Cappelli. Ele sai muito fortalecido politicamente

e muito prestigiado no governo”, avaliou Renato Ribeiro de Almeida, doutor em direito do Estado pela USP.

Magistrados do Supremo saúdam escolha do ex-colega

Ed Alves/CB/D.A Press



Alexandre de Moraes: “Uma pessoa preparada para esse novo desafio”

» VITÓRIA TORRES*

Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) saudaram o ex-colega de Corte Ricardo Lewandowski, anunciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva como novo titular do Ministério da Justiça.

O ministro Alexandre de Moraes usou as redes sociais para felicitar o magistrado aposentado. “Parabéns ao ministro Ricardo Lewandowski pelo novo e honroso cargo de ministro da Justiça e Segurança Pública. Magistrado exemplar, brilhante jurista, professor respeitado e, acima de tudo, uma pessoa com espírito público incomparável e preparada para esse novo desafio”, enfatizou.

Quem também parabenizou o ex-colega de tribunal foi o ministro Gilmar Mendes. “Recebo

com alegria a indicação do ministro Ricardo Lewandowski para o Ministério da Justiça. Durante os seus 17 anos de Supremo Tribunal Federal, fui testemunha do seu brilhantismo”, destacou. “Lewandowski sempre soube enfrentar, com muita coragem, os mais complexos desafios na Corte. Coragem essa que também foi vista quando o ministro assumiu a presidência do STF em um dos períodos mais conturbados de nossa história. Eu tenho a plena convicção de que o Ministério da Justiça está em boas mãos. Desejo a ele boa sorte na nova missão.”

O presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), também se manifestou a respeito da nomeação. “Desejo ao ministro Ricardo Lewandowski uma gestão bem-sucedida no comando do Ministério da Justiça e

Segurança Pública. Magistrado que sempre demonstrou preparo e equilíbrio durante a sua carreira”, elogiou.

Ministros de Estado, parlamentares e entidades frisaram as qualidades do futuro integrante do governo. Em nota, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) expressou sua aprovação à escolha de Lula, enfatizando que os requisitos necessários para o desempenho da função ministerial são plenamente preenchidos por Lewandowski.

“Sua destacada atuação como magistrado, sua reputação ilibada e notório saber jurídico preenchem plenamente os requisitos necessários para o desempenho da função”, afirmou a AMB.

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) reconheceu a experiência

de Lewandowski para conduzir as demandas da Justiça. O órgão ressaltou seu comprometimento com a Constituição e os direitos fundamentais. “A OAB estará à disposição do ministro para os projetos e iniciativas de sua gestão no ministério”, afirmou o presidente nacional da OAB, Beto Simonetti.

A Associação Brasileira de Juristas Pela Democracia (ABJD) celebrou a escolha como um grande acerto de Lula. “As credenciais humanistas, garantistas, do ex-presidente do Supremo Tribunal Federal são evidentes atributos para uma gestão que em muito contribuirá para o processo de restauração do tecido democrático do Brasil”, observou.

*Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa